

Pais denunciaram policiais

MILTON SAMPAIO/AT

Em relato para a funcionária da ONU, eles disseram que seus filhos foram mortos por policiais militares

JALDECY PEREIRA

Os pais e parentes das vítimas de assassinato denunciaram policiais em depoimentos detalhados sobre os crimes, na audiência pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, realizada ontem no plenário da Casa.

Vários familiares de vítimas da violência no Estado contaram seus dramas para a relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU), a paquistanesa Asma Jahangir, que está no Brasil desde o dia 16 de setembro.

Uma das depoentes, a dona-de-casa Lauriza dos Santos Alvarenga, chorou ao lembrar e narrar o assassinato de seu filho, o estudante Cleudis Luiz Alvarenga, 25, cujo crime teria sido cometido por policiais militares.

Iran Moraes Júnior, pai do estudante Diego Borgo Moraes, assassinado a tiros por um policial militar, no dia 14 de outubro de 2002, na porta de uma boate em Vila Velha, disse para a funcionária da ONU que o inquérito se encontra parado na delegacia à espera de novas diligências.

“O que aconteceu com meu filho foi uma crueldade. Ele foi assassinado por um segurança de um local que ele pagou caro pa-

ra entrar”, disse Iran bastante emocionado.

Revoltado, o pai de Diego contou que o filho era um rapaz cheio de vida e já se preparava para ingressar na faculdade.

“O PM, posso dizer também o segurança, que matou meu filho, conforme revelam as investigações, estava afastado da corporação por problemas psiquiátricos”, revelou ele, acrescentando que no dia do crime o PM estava sem farda.

AUDIÊNCIA

A audiência, que começou às 10h15 e terminou às 14h30, teve a participação do presidente e do relator da Subcomissão Permanente sobre o Sistema Prisional, Grupos de Extermínio, Tortura e Trabalho Forçado da Câmara dos Deputados. Estiveram no Estado os deputados federais Luiz Albuquerque Couto (PT-PB) e Geraldo Tadeu (PPS-MG).

O objetivo da sessão foi discutir a participação de policiais no elevado número de assassinatos no Espírito Santo.

A relatora da ONU disse que aquilo que estava acontecendo no plenário era um protesto desarmado, mas é um protesto mais poderoso do que aqueles que andam espalhando a violência.

“Sinto a força nas palavras de vocês. Tenho certeza que essa força vai prevalecer”, resumiu Asma Jahangir.

Grupo entrega dossiê

O Grupo de Repressão ao Crime Organizado (GRCO) entregou à relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU), Asma Jahangir, vários dossiês sobre os crimes de tortura praticados no Estado, principalmente por policiais militares, que estão sendo investigados.

Jahangir esteve no Ministério Público Estadual (MPE), na tarde de ontem, logo após sair da Assembléia Legislativa, onde participou da audiência pública da Comissão dos Direitos Humanos do Estado.

Entre os assuntos tratados nos documentos entregues à relatora, estão dados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico e informações sobre o sistema de gerenciamento de inquéritos policiais, que foi criado pelo MPE este ano.

Segundo o subprocurador geral de Justiça, promotor José Marçal de Ataíde Assi, a paquistanesa Asma Jahangir vai ter um farto material para analisar e fazer o seu relatório sobre a visita ao Brasil.

“Nos documentos que foram entregues estão volumes contendo inquéritos abertos de 2000 até hoje. Alguns já desvendados pelo GRCO e outros não desvendados ainda”, informou Marçal.

O objetivo, segundo o subprocurador, é demonstrar para

a ONU o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo MP do Espírito Santo.

Asma Jahangir também ficou conhecendo mais o Grupo de Repressão aos Crimes Dolosos contra a Vida.

JUSTIÇA

Durante a entrevista, Marçal disse que a Justiça é surda. A afirmação do promotor foi contestada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Alemer Ferraz Moulin, que reconheceu que a Justiça é lenta, mas não surda. Alemer disse que há investimentos na área tecnológica para agilizar os processos.

A relatora da ONU saiu do Ministério Público e foi para sua última visita – o Tribunal de Justiça, onde se encontrou com o desembargador Alemer Moulin.

Lá, ela preferiu fazer um comentário geral sobre a situação do Judiciário no Brasil. “Pela força da legislação, a Justiça no Brasil é lenta”, ponderou a paquistanesa.

No final da tarde ela foi para o aeroporto, onde embarcou para o Rio de Janeiro. Segundo os assessores de Jahangir, depois de visitar o Rio a próxima parada será Brasília, onde terá uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



Asma Jahangir elogiou a sociedade civil capixaba pela luta contra o crime organizado

OS CASOS

“O meu filho (Cleudis) morreu logo após me dizer que ia sair de casa para dar uma volta no bairro. Ele foi assassinado e até hoje não descobriram os verdadeiros culpados.

Sinto muita falta do meu filho. Até pensei em me matar (choro). Eu não tinha mais razão para continuar vivendo, por isso tentei o suicídio. Hoje clamo por Justiça.”

Lauriza dos Santos Alvarenga, mãe de Cleudis Luiz Alvarenga.

“Meu filho (Pedro) levou 19 tiros no rosto, dados por quatro homens, três deles seriam policiais militares. Peço que dessa audiência seja tirada uma solução para o que vem acontecendo no nosso Estado.

Crimes como este que vitimou o meu filho não podem continuar acontecendo. Ele foi assassinado aos 26 anos, no dia 20 de junho 1999, no centro de Vitória.”

Maria das Graças Nacort, presidente da Associação de Mães e Familiares Vítimas de Violência (Amfvves)

“O que aconteceu com meu filho (Diego) foi uma covardia. Ele foi sumariamente assassinado quando saía de uma boate em Vila Velha, em 14 de outubro do ano passado.

O assassino, um PM, estava sem farda fazendo a segurança do local. Fui informado de que ele estava afastado da corporação por problemas psiquiátricos. O inquérito está parado na delegacia.”

Iran Moraes Júnior, pai do estudante Diego Borgo Moraes.

Relatora elogia o Estado

A relatora especial para Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias da ONU (Organização das Nações Unidas), a paquistanesa Asma Jahangir, elogiou a organização da sociedade civil capixaba contra o crime organizado.

“O meu trabalho é coletar informações. No Espírito Santo, foi surpreendente a organização da sociedade civil. As entidades já estão resolvendo o problema da violência”, afirmou Jahangir, depois de receber do fórum “Reage Espírito Santo” um relatório sobre crimes suspeitos de serem execuções sumárias.

A paquistanesa se reuniu ontem também com os secretários da Segurança Pública e da Justiça, respectivamente Rod-

ney Miranda e Luiz Moulin.

Rodney Miranda disse que foi muito positiva a troca de informações com a relatora da ONU.

Segundo ele, Jahangir apontou pontos a serem melhorados, principalmente em relação à agilidade dos processos judiciais, mas que ela teria se impressionado com as medidas adotadas pelo governo estadual para combater o crime organizado dentro das instituições policiais.

Pela manhã, na Assembléia Legislativa, representantes da Pastoral Carcerária denunciaram assassinatos de presidiários dentro das cadeias do Estado. Os assassinatos são praticados pelos próprios presos. A Pastoral afirmou que os detentos estariam sendo torturados por policiais.

Gari queria seqüestrar avião em pleno vôo

RIO – O gari Roberto Carlos da Silva, 34, que ameaçou uma aeronave no vôo 1.733 da Gol, na noite de quarta-feira no Rio, disse que pretendia seqüestrar o avião, segundo informações da Polícia Federal.

Roberto, morador de Belo Horizonte – local de decolagem do Boeing 737 –, tentou agredir a funcionária da empresa com uma garrafa de Gatorade. O passageiro quebrou a garrafa e tentou atingir a vítima com pedaços do vidro.

A Gol informou que não fornece Gatorade dentro de seus aviões, o que significa dizer que o gari já estava com a garrafa ao entrar no avião.

Segundo a Polícia Federal, durante o tumulto, por volta das 20 horas, Roberto gritou, “em tom ameaçador”, que queria seqüestrar a aereo-

nave. Seu objetivo seria chamar a atenção porque ele estaria sofrendo ameaças de policiais civis.

O passageiro foi contido por outros passageiros e funcionários da empresa. A aeronave não se feriu.

O avião pousou no aeroporto Santos Dumont às 20h18. O comandante da aeronave acionou o serviço de emergência da Infraero, que solicitou ajuda da Polícia Federal.

Roberto foi levado até o setor médico do aeroporto. Segundo a Infraero, o médico Roberto Simões avaliou o passageiro e disse que ele sofre de problemas neuropsicóticos.

Roberto foi autuado em flagrante. Segundo a PF, ele responderá pelo crime de seqüestro e cárcere privado e, se condenado, poderá pegar de dois a oito anos de prisão.